

PGR perde batalha e Chang segue para os EUA onde a justiça lhe aguarda desde 2018

- A Procuradoria-Geral da República (PGR) perdeu a longa e milionária batalha pela extradição do antigo Ministro das Finanças para Moçambique. A última cartada jogava-se no Tribunal Constitucional da África do Sul, órgão para o qual a PGR recorrera no início de 2023 para travar a extradição de Manuel Chang para os Estados Unidos da América (EUA).



Créditos: Créditos O País

Em acórdão desta quarta-feira, 24 de Maio, o Tribunal Constitucional da África do Sul rejeitou o recurso apresentado pelas autoridades moçambicanas, mantendo válida a decisão do Tribunal Superior de Gauteng, de 07 de Dezembro de 2021, que reafirmou a extradição de Chang os EUA.

“A permissão para recorrer deve ser recusada por falta de perspectivas razoáveis de sucesso”,

foi assim que se posicionou a mais alta instância judicial da África do Sul perante o pedido da PGR, que agora esgotou todos os recursos para impugnar a extradição do antigo Ministro das Finanças para os EUA.

A decisão do Tribunal Constitucional da África do Sul representa uma vitória para o FMO, que sempre defendeu a extradição de Chang para os EUA onde vai enfrentar um julgamento trans-

parente e longe de influências políticas.

Aliás, foi o FMO que travou a vinda de Chang a Moçambique em Agosto de 2021, através de um recurso interposto no Tribunal Superior de Gauteng contra a decisão do Ministro da Justiça e Assuntos Correccionais da África do Sul, Ronald Lamola, que era do agrado das autoridades moçambicanas.

Mas desta vez será diferente. Ronald Lamola deve assinar uma ordem de extradição para os EUA, em conformidade com a decisão definitiva da justiça sul-africana. Considerando que o antigo governante moçambicano aguarda nas celas pela extradição há quatro anos e cinco meses, Lamola não deverá demorar meses para assinar a ordem de saída de Chang para os EUA.

O antigo Ministro das Finanças foi detido a 29 de Dezembro em 2018 a pedido da justiça norte-americana, que o acusa de prática de crimes financeiros, como lavagem de dinheiro, conspiração para fraude electrónica e conspiração para fraude com valores mobiliários.

Estes crimes estão relacionados com o rece-

bimento milhões de dólares norte-americanos de subornos pagos pela Privinvest para assinar as garantias que permitiram a contratação das “dívidas ocultas” da ProIndicus, EMATUM e MAM. Além de Chang, há mais moçambicanos na mira da justiça dos EUA: Teófilo Nhan-gumele e António Carlos do Rosário. Mas por enquanto os dois cumprem penas de 12 anos de prisão a que foram condenados no primeiro julgamento das dívidas ocultas em Moçambique.

Até à sua detenção, a caminho de Dubai, Chang era cidadão livre, sem nenhum processo-crime em Moçambique e era deputado da Assembleia da República. A PGR abriu o processo autónomo das “dívidas ocultas” (Processo

536/P/2019) contra Chang depois da sua detenção em Johannesburg, em parte para dar substância ao pedido da sua extradição para Moçambique.

No processo autónomo, o antigo Ministro das Finanças é acusado de ter recebido sete milhões de dólares da Privinvest e vai responder pelos crimes de violação da legalidade orçamental, corrupção passiva para acto ilícito, abuso de cargo ou função, associação para delinquir, peculato e branqueamento de capitais. No mesmo processo que deverá ser julgado ainda este ano foram pronunciados três antigos gestores do Banco de Moçambique (Governador e dois administradores) pela prática do crime de abuso de cargo ou função.

A longa maratona judicial pela extradição de Chang

A disputa pela extradição começou no dia 8 de Janeiro de 2019, quando se realizou o primeiro julgamento no Kempton Park Magistrate Court. A sessão foi interrompida no mesmo dia, pois a defesa alegou que a detenção era ilegal e que Chang devia ser restituído à liberdade imediatamente. A pedido dos procuradores da África do Sul, a sessão foi interrompida para dar mais tempo ao Ministério Público para analisar essa alegação da defesa. A 9 de Janeiro de 2019, a juíza Sagra Subroyen, que julgou o caso, negou o pedido de “liberdade imediata” e legalizou a prisão de Chang.

No dia 24 de Janeiro, Chang pede liberdade condicional mediante pagamento de caução e o pedido é rejeitado pela juíza Sagra Subroyen, fundamentando com o risco de fuga. No dia 8 de Abril de 2019, o Tribunal de Kempton Park decide que Chang é extraditável tanto para os EUA como para Moçambique.

O então Ministro da Justiça e Assuntos Correcionais da África do Sul, Michael Masuta, decide, a 21 de Maio de 2019, seu último dia no cargo, extraditar Chang para Moçambique. Entretanto, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) pediu ao Tribunal Superior da África do Sul para ser admitido como parte interveniente no processo de extradição, ao mesmo tempo que requereu a anulação da decisão do Ministro Michael Masuta de extraditar Chang para Moçambique, alegando que a mesma violava a lei.

Já em Julho de 2019, Ronald Lamola, que substituiu Michael Masuta como Ministro da Justiça, pede ao Tribunal Superior de Gauteng para anular a decisão do seu antecessor de extraditar Chang para Moçambique, alegando

que a mesma era “irracional e inconsistente com a Constituição da República da África do Sul”.

No dia 01 de Novembro de 2019, o Tribunal Superior de Gauteng anulou a decisão tomada por Michael Masuta e remeteu o processo de extradição à apreciação e decisão do novo Ministro, Ronald Lamola.

A PGR apresentou um pedido para recorrer da decisão do Tribunal Superior, designadamente a anulação da decisão de extraditar Chang para Moçambique. Em Dezembro de 2019, o Tribunal Superior de Gauteng rejeitou o pedido da PGR de recorrer da decisão. E fundamentou nos seguintes termos: “Após ouvir e analisar os argumentos das partes, este tribunal chegou à conclusão de que não existe perspectiva razoável de uma outra instância chegar a uma conclusão diferente”.

A 23 de Agosto de 2021, Ronald Lamola autorizou a extradição de Chang para Moçambique, uma decisão surpreendente pois ia na contra-mão do seu anterior posicionamento. Quando o antigo Ministro das Finanças já estava prestes a embarcar para Moçambique, o processo de extradição foi cancelado. Era a segunda vez que o FMO travava o regresso do antigo Ministro das Finanças a Moçambique, por considerar que não haveria responsabilização ao antigo governante.

No dia 10 de Novembro de 2021, o Tribunal Superior de Gauteng julgou o recurso do FMO e decidiu extraditar Chang para os Estados Unidos, invalidando a extradição para Moçambique decidida anteriormente pelo Governo sul-africano.

Um dia depois, a PGR submeteu um recurso contra a decisão da juíza Margarete Victor de extraditar Manuel Chang para os EUA, argumentando que ao substituir a decisão do Ministro, o Tribunal Superior de Gauteng ofendeu a doutrina da separação de poderes.

No dia 07 de Dezembro de 2021, o Tribunal Superior de Gauteng reafirmou a extradição do antigo Ministro das Finanças para os EUA. Inconformada, a PGR apresentou, em Dezembro de 2021, um pedido de acesso directo ao Tribunal Constitucional sul-africano, solicitando a reapreciação da decisão do Tribunal Superior de Gauteng de extraditar Chang para os EUA.

Em Junho de 2022, o Tribunal Constitucional rejeitou o pedido de Moçambique para recorrer da extradição de Chang para os EUA. “O Tribunal concluiu que o pedido deve ser julgado indeferido com custas por não ser do interesse da Justiça ouvi-lo nesta fase”¹.

Em Julho do mesmo ano, o Tribunal Superior de Gauteng negou o pedido de autorização submetido pela PGR para recorrer ao Supremo Tribunal de Recurso contra a ordem judicial de 2021 de extraditar Chang para os EUA.

No dia 08 de Dezembro de 2022, o Supremo Tribunal de Recurso rejeitou o pedido de autorização de recurso submetido pela PGR para recorrer contra a extradição do ex-Ministro das Finanças para os Estados Unidos. “O pedido de interposição de recurso é rejeitado com custas por não haver razoável perspectiva de êxito no recurso e não existir outra razão imperiosa para o julgamento do recurso”².

A PGR decidiu, então, recorrer directamente ao Tribunal Constitucional. Mesmo assim, não conseguiu travar a extradição de Manuel Chang para os EUA.

¹ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/justica-sul-africana-rejeita-pedido-de-maputo-para-recorrer-da-extradicao-de-chang-para-eua_n1411640

² <https://www.dw.com/pt-002/justi%C3%A7a-sul-africana-rejeita-pedido-de-mo%C3%A7ambique-so-bre-manuel-chang/a-64165003>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

